



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002640-06.1995.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outros Feitos Não Especificados - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**
 Requerido: **Messias e Messias Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

Trata-se de pedido de reconhecimento da prescrição intercorrente formulado por MESSIAS E MESSIAS LTDA ME.

O exequente foi intimado e se manifestou contrário ao pleito (cf. fls. 135/138).

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Conforme remansado entendimento jurisprudencial ao qual me filio, a prescrição intercorrente opera-se no mesmo prazo de prescrição da ação.

No caso, o artigo 206, § 5º, I, do CC prevê o prazo de **5 anos** para a ação de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Deliberando incidentalmente nesse sentido o seguinte aresto:

Ementa: PRESCRIÇÃO Inocorrência Execução Cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular **Prescrição quinquenal** **Art. 206, § 5º, I, CC** Hipótese em que o processo não ficou paralisado por período superior a cinco anos Inércia do credor que não se verificou, tendo cumprido tempestivamente todas as determinações judiciais, fazendo o que estava ao seu alcance para a solução da demanda No caso concreto, verifica-se que o lapso temporal decorrido entre o despacho que ordenou a citação e a expedição do mandado pelo Cartório, foi de 14 meses Aplicação da Súmula 106 do c. STJ Demora na prática dos atos processuais pelo Judiciário, que não pode penalizar o exequente Extinção que deve ser afastada para que a execução tenha regular prosseguimento **RECURSO PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA (TJSP, Apelação nº 0034557-65.2004.8.26.0004, Rel. Sérgio Shimura, DJ30/01/2013).**

Nos moldes da Súmula 150 do STF, o prazo prescricional para a execução também é de 5 anos.

Houve determinação de remessa ao arquivo por inércia do exequente em 08/03/2001 (fls. 78); os autos foram desarquivados em julho de 2003 (fls. 79v), a pedido do exequente para a juntada de nova procuração (fls. 80/84) e logo retornaram ao arquivo; já em novembro de 2014 novo mandado foi juntado aos autos (fls. 86/87), sem que houvesse qualquer impulso processual efetivo.

O Poder Judiciário, que não pode perpetuar os processos à vontade do credor.

Conforme exposto o exequente nada requereu de efetivo nos autos, que permaneceram no arquivo até setembro de 2014, quando foram desarquivados a pedido da própria executada (cf. fls. 92 e 94). Novamente retornaram ao arquivo e foram desarquivados em maio desse ano, mais uma vez



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a pedido da executada, apenas para pleitear o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Assim, só nos resta reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente em relação ao débito principal, já que entre julho de 2008 e a presente data (oito anos) nenhum ato praticou a exequente para fazer valer seu crédito.

Nesse sentido:

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE – ocorrência – processo que restou paralisado sem qualquer movimentação por parte do credor, por período superior a 10 anos, suplantando, inclusive, o prazo prescricional do título executivo que embasou a execução – Precedentes desta Egrégia Corte de Justiça – Exequente que deveria promover medidas e requerer atos, jamais eternizar o processo mediante a permanência dos autos em arquivo – Consulta aos autos que não revela nenhum embate maior, e nenhum esforço do banco-autor em receber seu crédito – Fatos incompatíveis com o Poder Judiciário que, em razão do princípio da celeridade, não pode “eternizar” os processos à vontade do credor – Aplicação dos arts. 487, inciso II, 921, parágrafo 5º e 924, todos do Novo Código de Processo Civil – recurso provido. (TJSP, AI 2066229-49.2016.8.26.0000, Rel. Des. Lígia Araújo Bisogni, DJ 16/05/2016).

Ante o exposto, **EXTINGO A PRESENTE EXECUÇÃO**, nos termos do art. 487, IV, do CPC.

Após o decurso do prazo para recurso, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo definitivo.

P.R.I.

São Carlos, 10 de outubro de 2016.

0002640-06.1995.8.26.0566 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**